

Luiz António Barreto: Cultura e Cidadania

José Esteves Pereira

Universidade NOVA de Lisboa

Academia Sergipana de Letras

“No Brasil só a cultura salva”

Luiz António Barreto (1944-2012) procurou uma formulação teórica acompanhada de um intenso envolvimento atuante com a preocupação de *descodificar a identidade da gente brasileira*¹. Tendo sempre presente a concretude do *homem situado*, citando Gilberto Freyre, tomou na devida conta o contributo de variadas perspetivas que o ajudaram a compreender a realidade brasileira. Todavia, o mais significativo na sua mensagem está no entendimento próprio de perspectivar os problemas seguindo um caminho pessoal e autêntico de indagação, de projeto e de partilha.

Ao apresentar *Os Vassallos do Rei*, Luiz António Barreto apontava para um caminho aberto “sem ortodoxismos refazendo o entendimento dos fatos, retirando do tempo muitas lições que ficaram esquecidas e outras que não são nem nunca foram consideradas”². Importa ainda sublinhar que o seu desígnio de descodificar as raízes da cultura brasileira³ nunca foi um exercício fechado

¹ Luiz António Barreto, *Os Vassallos do Rei*, Aracaju, Sociedade Editorial de Sergipe, 1998, Nota Prévia

² *Idem*, *ib.*

³ Em Luiz António Barreto, a ideia de Cultura, parece-me assumida, com suficiente clareza, no seu texto dedicado a Afonso Botelho “Miguel Reale e o culturalismo brasileiro”, que integra a obra *Sem Fé, Sem Lei, Sem Rei - Notas Prévias para uma Teoria da Cultura Brasileira*, Aracaju, Sociedade Editora de Sergipe, 1996 (pp.107-126) quando começa por afirmar que a vida é cultural e implicitamente reverte para a asserção de Miguel Reale de que o homem é “um ser natural e cultural ao mesmo tempo, sendo, no seu dizer poético, a Natureza que tomou consciência de si” (p.115), emergindo do mundo da natureza, para o mundo da cultura (p.116). Mais nitidamente, Luiz António Barreto converge no próprio entendimento realino do *factum* cultural citando-o: “Todo bem da cultura torna-se um *factum* (tanto no sentido de *Facere* como no Fieri, isto é como feito e como acontecido) que condiciona o “fazer” sucessivo da sociedade,

de intelectual puro mas de alguém que se empenhou numa cidadania ativa, no meio de irremediáveis constrangimentos, em que o próprio diuturno labor do jornalista nos pode transmitir uma imagem das lutas por aquilo em que se acredita⁴. Num belo e assertivo artigo da “sua tribuna” da “Gazeta de Sergipe”, intitulado *O Dia da Sergipanidade* (26.02.2002), deparamos com estas palavras, sempre atuais, que invocam ao mesmo tempo cidadania, cultura e política:

“A cidadania longe de ser um jogo de conveniências, no qual certas leis valem, outras não, e o que ganha visibilidade é o que atende a certos e determinados interesses, restritos e muitas vezes injustos, é a sedimentação da consciência, desde a histórica ocupação do território, até à evolução social, conquistada mediante o esforço individual e coletivo, passando pelas lições que a realidade produz e que valem para todas as gerações. Não há cidadania fora da história, muito menos fora da cultura. O discurso demagógico e oportunista de alguns é que tem servido para confundir o cidadão, com a promessa de direitos genéricos, que nunca chegam à prática, porque

havendo, pois contínua dialeticidade entre o presente e o futuro, ou, mais concretamente, entre o que os homens já quiseram e o que estão querendo agora. A cultura é o homem mesmo com todos os seus acertos e contradições” (p.119). Além disso, a empatia de Luiz António Barreto com o discurso e o pensamento de Tobias Barreto no sentido de a sociedade deixar de ser vista “segundo os pressupostos das ciências naturais, para ser objeto da evolução cultural” (p.121) projeta-se no que defende como pedagogia da consciência (p. 125) num esforçado refazer contínuo, catalizador, de integração no mundo sem perda de identidade. Nesta perspetiva, Luiz António Barreto será igualmente perentório em afirmar que a tradição brasileira é, irrefutavelmente, Tobiática (p.121).Reforçando a sua argumentação, Luiz António Barreto adere, ainda, a meditação de Eduardo Abranches de Soveral sobre o logro do otimismo progressista das éticas naturalistas e antropológicas baseadas no puro cientificismo para concluir “pelo esforço contínuo do homem e das sociedades, sem perder de vista os ideais de liberdade, de representação democrática, de riqueza e de justiça, que vivem juntos, como almas gémeas, nos embates da vida e nesta perspetiva, *o ser e o dever ser, ingrediente* da própria teoria da complementaridade, que aproxima, desta feita, a liberdade da natureza” (p.120).

⁴ O *Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura* constituído, por sua iniciativa, em 1997, com a ajuda de indefectíveis amigos, está regulado por estatutos que na alínea b), do Artº 2º estabelece como seus objetivos “ a luta em favor de um futuro de paz para todos”. Podemos, em boa verdade, encontrar quer nos Estatutos, quer nos textos de apresentação do ITBEC, a projeção de valores que nortearam Luiz António Barreto: “a defesa da liberdade, do direito, da justiça e do bem-estar para todos; luta em favor de um futuro de paz para todos; o acesso democrático da criança e do adolescente à Escola; a educação pública universal e gratuita para todos; ensino de qualidade, fiel ao mundo da cultura do aluno e da comunidade: os bens culturais e sua justa distribuição social; as manifestações da cultura, os reportórios, as invenções e descobertas, tudo enfim que concorra para a ampliação do conhecimento; a defesa, em especial, dos direitos da mulher, da criança e do adolescente, dos inválidos, portadores de dificuldades, e de todos os oprimidos pelas desigualdades; a pesquisa e as experiências científicas e sociais e as relações internacionais de solidariedade” (Ata da Criação do Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura (28.05.1997).

implicariam um desmonte dos privilégios formadores do poder estatal. Há muito o que ser percorrido, no campo teórico e no campo prático, para conceituar a cidadania e o papel dos cidadãos numa sociedade democrática”.

Importa dizer que a Luiz António Barreto assistia muita autoridade nestas considerações, atendendo não só à sua experiência política mas, também, a cuidada problematização como a que decorre das magníficas e sempre atuais páginas de um texto intitulado *A Pedagogia do Silêncio* de que falarei daqui a pouco.

O objetivo desta minha singela homenagem que é, de igual modo, uma breve visitação ao pensamento de Luiz António Barreto sobre o seu entendimento da identidade brasileira⁵, na fase em que mais estivemos em contacto, pretende ser, também, uma modesta mas devida retribuição a quem, ao pensar o Brasil pensava Portugal e foi um esteio decisivo na concretização de um projeto partilhado e fraterno de resgate do pensamento luso-brasileiro que continua a pretender revelar a identidade cultural dos dois povos sem escamotear as divergências mentais e valorativas de brasileiros e portugueses. Sob a égide de Tobias Barreto (cujas obras Luiz António Barreto organizou mediante a edição de *Obras Completas* de que atualmente dispomos) vieram a realizar-se colóquios em Portugal que, no Brasil, tomariam a denominação *Antero de Quental*. O projeto, sempre por cumprir plenamente, mesmo no meio das vicissitudes económicas que Portugal atravessa, não vai morrer e Luiz António Barreto nunca poderá ser esquecido. Em breve lhe será prestada uma homenagem no Colóquio de comemoração dos 20 anos da fundação do Instituto de Filosofia Luso Brasileira que, no fim deste ano, realizaremos, em Lisboa, na Sociedade Histórica da Independência de Portugal. O primeiro

⁵ Não pretendo abordar nesta breve comunicação a totalidade da vastíssima obra de Luiz António Barreto que dedicou cuidadosos estudos a Tobias Barreto, a Sílvio Romero e a muitos outros vultos da vida e da cultura sergipana nem pronunciar-me sobre a sua obra poética e teatral, a crítica literária e os trabalhos reconhecidamente inovadores sobre o folclore. Este último aspeto, central na obra do autor, contudo apenas será abordado porque imprescindível para a própria compreensão da sua reflexão sobre *cultura e natureza*. Outros poderão, com maior conhecimento de causa, avaliar a sua extensa e significativa obra sobre o folclore. Sobre a importância da obra *Tobias Barreto* atenda-se à apreciação de Ronaldo Conde Aguiar, na sua *Pequena Bibliografia Crítica do Pensamento Social Brasileiro*, Brasília/Paralelo 15, S. Paulo/Marco Zero, 2000, na página 86: “O autor é admirador da obra de Tobias Barreto mas não se deixa seduzir pelo elogio fácil: analisa, interpreta e expõe com clareza e senso crítico a dimensão da obra do seu personagem. Importante”.

Colóquio Tobias Barreto, que se realizou na Universidade NOVA de Lisboa (outros viriam a ser aí realizados) motivou, em 1992, a criação do Instituto de Filosofia Luso Brasileira, de que Luiz António Barreto foi um dos fundadores. Instituiu-se, assim, um decisivo *fórum* de discussão de tudo o que, no domínio do pensamento e da cultura vale a pena, nos une e, eventualmente, também nos separa⁶.

Em 16 de Setembro de 1991, em Recife, dizia-nos Luiz António Barreto, com algo de premonição, que o Colóquio Antero de Quental, que então começava, “era uma espécie de resposta prática, objetiva, concreta, do interesse que os intelectuais brasileiros têm de refletir o Brasil, buscando vê-lo no interface do outro, que no caso é Portugal, como poderia ser os parceiros latino-americanos que guardam no estigma da história raízes comuns⁷. A América completa 500 anos em 92 e o Brasil alcançará a mesma proeza histórica no ano 2000 que se avizinha. Tais datas motivam o estudo, na perspectiva de que vale entender as circunstâncias que têm pontilhado de experiências essa humanidade nova formada ao calor dos trópicos”⁸

2. A *humanidade nova* de que Luiz António Barreto falava nesta intervenção será uma referência constante na sua obra tanto quanto o brasileiro lhe parecia ser, ainda, um “náufrago da história”. Resultado de várias vertentes étnicas, chamava o nosso Amigo a atenção para o fato de se o Brasil à primeira vista parecer descender de Portugal nem por isso tal facto constituía fator definitivo. O que não implica, certamente, a ausência lusa no “processo civilizador a iniciar-se com a catequese, desdobrado no contato posterior das diversas ordens e missões religiosas, formadas por padres e frades

⁶ Enquanto não existir uma história dos Colóquios e das atividades desenvolvidas pelo IFLB, tarefa que começa a ser urgente concretizar, pode ser de alguma utilidade consultar o meu pequeno e desprezioso trabalho praticamente esgotado: *Viana do Castelo e o pensamento luso-brasileiro*, Viana do Castelo, Câmara Municipal, 2000 mas disponível, entretanto, *on line*, no site do IFLB (<http://iflb.webnode.com/documentos/>).

⁷ Luiz António Barreto orientou a sua pesquisa sempre numa perspectiva englobante de um projeto colonizador ibérico. Ver *Cristãos e Mouros na Cultura Brasileira*, in “Euro-América. Uma realidade comum?”, Coord. de Braulio do Nascimento, Rio de Janeiro, Comissão Nacional de Folclore/IBECC/Unesco/Tempo Brasileiro, 1996, pp.155-172.

⁸ Luiz António Barreto, *Palavras de Abertura*, in “Anais do Colóquio Antero de Quental”, Aracaju, Fundação Augusto Franco/Sociedade Editorial de Sergipe, 1993, p.12.

portugueses, espanhóis, italianos e franceses, que tinham em comum a língua latina com expressão catequista, mas que também falavam castelhano, italiano, francês e português, suportes de um imenso repertório que é, hoje, o maior e melhor testemunho da herança medieval dos brasileiros”⁹. A chamada de atenção para a presença medievla na cultura brasileira constituiu um contributo decisivo de Luiz António Barreto para a melhor compreensão do Brasil, através da pesquisa de expressões de folclore entendido não como exotismo ou facto diferenciado.

Entretanto, no choque civilizacional de que a carta de Pero Vaz de Caminha nos dá a perspectiva utópica do descobridor e do seu desígnio de implantar a Cruzada nas terras do Novo Mundo é preciso entender, também, os silêncios e a voz do descoberto¹⁰. Sem essa destrinça é impossível desvendar o que seja uma identidade brasileira. Para Luiz António Barreto os propósitos de aprofundamento da questão implicariam todo um plano de pesquisa:

“Tenho tomado a cargo, no estudo da organização da sociedade brasileira, desvendar em toda a sua trama, o tecido cultural especialmente no recorte do cenário nordestino, onde o Brasil começou e de onde fez as suas primeiras irradiações para ocupar toda a terra recém descoberta. o objetivo dos estudos é identificar a produção popular, separando, inicialmente de todo repertório de intenção nitidamente catequética, sem contudo despojá-lo de suas qualidades como documento finalístico de contacto e de dominação que portugueses, espanhóis, franceses e holandeses promoveram no Brasil¹¹.

No entendimento acompanhado da constatação que foi, também, a de Tobias Barreto, de que o povo brasileiro não se organizou mas foi, antes, organizado tornava-se imprescindível compreendê-lo para lá, até, do momento em que se augurava uma “humanidade nova, nascida sob o signo da cruz,

⁹ Luiz António Barreto, *Sem Fé, Sem Lei, Sem Rei (Notas Prévias para uma Teoria da Cultura Brasileira)*, Aracaju, Sociedade Editorial de Sergipe, 1996, pp. 15-16.

¹⁰ Os navegantes portugueses que fundeiam em Porto Seguro no início do século XVI traziam as suas crenças e os seus desígnios marcados por muito mais de um milénio de vivência cristã simbolizado na cruz das velas que impeliram as naus das descobertas. Como sublinha Luiz António Barreto, “uma coisa é a geografia das navegações, outra, bem diversa, é a cultura e a intencionalidade dos navegadores”, *Idem*. 15.

¹¹ Luiz António Barreto, *Os Vassallos do Rei*, cit. p.117.

batizada na praia pelos soldados da Companhia de Jesus, crescida sob o magistério moral da Igreja, entre a fé e a devoção, na esperança de outra vida, melhor e eterna”¹². Ao remontar a práticas que vinham da realidade medieval europeia e a não menor força nascida da resistência que acompanha a sobrevivência dos que eram considerados infiéis pelo Poder (aqueles “milhares de nações indígenas africanas, que fundiram ritos, conciliaram mitos, na árdua batalha da sobrevivência, transformados que foram em infiéis”), Luiz Antônio Barreto advertia que “nenhuma cultura, por monolítica que fosse, poderia vicejar num ambiente casto, sacralizado, intolerante para com o cotidiano de índios e negros, de múltiplos ritos e de hábitos imemoriais profundos”¹³. E, por isso, “em nome de um Deus único os responsáveis pela conquista e colonização praticaram o maior teocídio da história humana” (...) “Mas, ainda assim, índios e negros organizaram *Santidades*, sincretizando na mata densa ou nas praias atlântica, nas fazendas de gado ou nos campos de cana-de-açúcar, a sobrevivência possível. Transfigurado em Jesus, em Maria, em santos de várias invocações, os brasileiros do primeiro século fundaram a postura insubmissa das *Santidades* insurgentes”¹⁴. Era a resposta à sociedade e ao Poder que só podia ver no gentio alguém *sem Fé, sem Lei, sem Rei*.¹⁵

Numa outra vertente, pela fragilidade da escola, descontada a imposição catequética, assistir-se-ia à deriva para um sincretismo que resultou da incorporação, também, dos próprios valores e manifestações da Cruzada transplantada para os trópicos:

“O homem brasileiro na história do Novo Mundo é na esteira do tempo, o homem do paraíso ou da natureza, o índio do romantismo, o negro que o mesmo romantismo tutelou culturalmente, respaldado pelas novas teorias científicas que refugavam os preconceitos, o mestiço suspeito e estigmatizado.

¹² *Idem*, p. 121.

¹³ *Idem*, p. 130.

¹⁴ *Idem*, *ib.*.

¹⁵ “Os navegadores e emissários das Coroas de Espanha e Portugal tratavam as múltiplas nações de homens nus, ornadas de penas e cocares e que habitavam, em harmonia com a natureza, as extensas orlas atlânticas como se fossem marcadas pelo sinal da infidelidade. Diziam que na língua dos indígenas faltavam três letras. o F, o L e o R, querendo dizer que faltavam, por isso mesmo, a Fé, a Lei e o Rei” (Luiz Antônio Barreto, *Sem Fé, Sem Lei, Sem Rei*, cit., pp.18—19).

E é, também, o homem do conhecimento, da arte sincrética, da cultura e do pensamento, construindo uma perspectiva própria de liberdade de expressão, sem apagar as marcas do passado”¹⁶.

Em todo o caso, a fuga ao “poder redutor das igrejas e capelas” que não poderia deixar de constituir grave atentado à *normalização* do poder e da Inquisição é ocasião para Luiz António Barreto não esquecer como no espaço brasílico se veio a incorporar a ritualística negra, manifestando-se num claro interesse harmonizador com a liturgia católica sincretizando santos e papas projetando-se na Umbanda.

Mas há, ainda, nos primeiros séculos da Colónia que acrescentar aos desvios da normatividade do Poder decorrentes das práticas nativas ancestrais a perseguição aos huguenotes, calvinistas, luteranos (decorrentes da presença francesa e holandesa) e judeus (foragidos de Portugal e da Espanha) que mobilizavam intensamente a Inquisição. O contraste do *sagrado* e do *profano* ganhava nos trópicos, portanto, contornos muito especiais que vem do momento preciso em que dois mundos se encontram:

Por um lado:

“O Brasil era uma terra de duas faces: a própria, de homens e mulheres nus, ou enfeitados com as penas das aves e outros adornos, ocupando a praia atlântica, e, a outra, vista das caravelas, pelos navegantes deslumbrados pela beleza do Novo Mundo. O descobrimento provocou um choque, o maior de todos os tempos, de cultura, que ainda hoje repercute na vida da gente brasileira, marcada pelo selo da escolha, como um povo predestinado à salvação”¹⁷.

Por outro lado:

“As descobertas despertaram muitos interesses, regulados alguns por Tratados, outros abertos á aventura de nações. Verificou-se, no Brasil, a projeção da luta interna da Igreja, exteriorizada pela reforma luterana, e pela

¹⁶ Idem, p. 25.

¹⁷ Idem, *Os Vassallos do Rei*, cit., p.17

Contra-Reforma, episódios de uma mesma origem. Cenário dessas lutas de hegemonia cristã, o Brasil viu crescer um código rígido de moralidade, como última palavra contra todas as manifestações destoantes do oficialismo religioso. Um código projetado no tempo, desgastado na pluralidade étnica, mas eficaz como instrumento de controlo social¹⁸.

Ora, esta dupla realidade de diferença e de *redução* de propósitos salvíficos vai muito para além da conversão do gentio ou do infiel manifestando-se, também, em códigos associados à sexualidade, não só resultante de práticas indígenas, mas, igualmente através da predominância masculina da colonização em que a propriedade plena dos corpos das índias e das negras pelos seus donos era a regra. Como Luiz António Barreto nos informa foi, no entanto, pela via da sexualidade que “o compadrio abrandou as relações do patriarcado nordestino do Brasil, com a criadagem, a vassalagem circulante nos cômodos das casas grandes das Fazendas e dos Engenhos. O sexo abria a porta para que índios e negros convivessem com seus ritos e costumes, festas e tradições, cuja religiosidade diferia, totalmente, do oficialismo católico. O sexo fez a ponte com outras formas profanas de expressão de cultura dos povos que conviviam na terra sergipana. A louvação, ainda hoje recorrente de diversos grupos folclóricos, ao senhor ou à autoridade funciona, também, como um salvo-conduto, não apenas como uma bajulação submissa¹⁹”.

A utopia de “uma pátria de homem sem pecado” que está no cerne do projeto utópico da cruzada lusa, como a que se verifica nas representações populares vigentes do combate entre Cristãos e Mouros, talvez não encontre expressão mais intensa como aquela que diz respeito ao culto sebastianista. E, como, lucidamente, Luiz António Barreto interpreta, quer as esperanças colocadas no menino Rei, quer os acontecimentos de Alcácer Quibir são contemporâneos das tentativas de organização administrativa do Brasil. A própria futuração do V Império de Vieira daria relevo a um sentimento de orfandade a superar que a União Ibérica de 1580 a 1640 avolumou. Na senda

¹⁸ *Idem*, ib.

¹⁹ *Idem*, p. 38.

de sincretismo estrutural das formas de cultura brasileira, o fenômeno sebastianista haveria de se aproximar das santidades de que acima falei. Mas outras manifestações de insurgência libertadora emergiriam no Nordeste que vieram a projetar-se na obra de escritores brasileiros como acontece com *Pedra Bonita*, de José Lins do Rego (1938) e o *Romance da pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai e Volta* (1971) de Ariano Suassuna. Também a guerra de Canudos, os movimentos do Contestado e a Monarquia Sul Brasileira, a geografia mítica decorrente da literatura de cordel sobre o cangaço ou a invocação de São Sarué denotam uma configuração sebastianista.²⁰

“O País de São Sarué, síntese mítica de um sonho de parte do povo brasileiro revive, continuamente, todas as vezes que as vozes inconformadas se levantam em insurgências, clamando por direitos, como fazem, na atualidade do Brasil, os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem terra-MST, que, a seu modo, repetem as iras santas que marcaram a história do povo brasileiro e que estão incorporadas, e bem acolhidas, nos repertórios e acervos de cultura”²¹

Luis António Barreto viria a desenvolver a sua obra vincando a realidade sergipana e nordestina em que se insinua uma compreensão das raízes brasileiras no seu todo. No entrecruzar de referências culturais e étnicas, o seu labor e a sua luta foi o de mostrar a permanente aculturação de experiências que nos transmitem a imagem poliédrica da imensidade dos brasis e de problemas profundos que emergem para além do mais superficial das expressões e das crenças. Em seu entender, ainda latejam em muitos comportamentos relações que vem da dominação inicial de tal modo que não hesita em afirmar que a “história do povo brasileiro é uma história de medo, de espanto, e de silêncio”²² Como é, também, a história do paternalismo que,

²⁰ Luiz António Barreto cita uma passagem da obra de George Gardner, *Viagem ao Interior do Brasil* (Londres, 1846): “Em várias partes do Brasil encontrei muitos indivíduos pertencentes à aquela extraordinária seita chamada dos sebastianistas, apelido que lhes vem da sua crença na volta à terra do Rei Dom Sebastião, que tombou na célebre batalha de Alcacerquibir, quando conduzia seu exército contra os Mouros” (p.60).

²¹ Luiz António Barreto, *Os Vassalos do Rei*, cit., p.77.

²² *Idem*, p.87.

recorrentemente, acompanhou a conversão redutora do índio, a posse do escravo, a condição inferior do mameluco nascido “dos úteros ultrajados, de índias e negras”²³. Depois não se podia esquecer, também, o enquadramento do confessionário e os seus efeitos, a prédica dos púlpitos a impor o silêncio a todo e qualquer desvio reforçando, por essa via, o Poder complementando a estrutura e os hábitos familiares dos senhores das terras que exerciam tacitamente uma *potestas* indiscutível.²⁴

“A força dos senhores perdeu importância com a formação do Império, mas permaneceu fluindo, de vários modos. Ao tempo em que os senhores eram despojados do Poder armado, tomava corpo no País, a força oficial, as tropas milíciaes, organizando as bases do sistema militar” (...) ” O coronelismo não foi de todo desarmado, mas seu prestígio ruiu com o tempo, na medida em que o Brasil tomou-se da lei constitucional, no gesto seguinte ao grito da Independência, no cenário do riacho-Ipiranga, em São Paulo”²⁵.

Com a Guerra do Paraguai, assistimos à formação de uma classe de militares que, sob o signo positivista da *Ordem* e do *Progresso* aparecem, mais tarde, a implantar a República, em 1889. Mas, também neste ciclo da história brasileira o silêncio caracterizará as relações do poder armado com a sociedade

²³ *Idem*, p. 89.

²⁴ “Os senhores das terras exerciam, na verdade, um Poder delegado por Portugal. Eram os proprietários, donos de escravos, de terras, de criações, de engenhos de açúcar e guardavam suas propriedades com homens armados e não raro se utilizavam de índios e de negros nos seus exércitos mercenários. A vigência da lei parecia circunscrita ao domínio da moral. O que escapava, no primeiro plano, da moral religiosa ficava como objeto da administração pessoal da justiça. Ou seja, os proprietários tinham as suas próprias leis, cobravam o enquadramento dos subalternos, armavam homens e governavam como temor das armas. Vários episódios de negros fugidos resultaram em massacres, em castigos violentos, mutilações e morte. Raramente eram tiradas devassas do abuso de poder dos proprietários, e mais raro ainda era o registro de alcance da lei sobre os senhores das terras e os bens das terras. A luta desigual dos subalternos- índios, negros, mamelucos e todos os mestiços contra os senhores com todos os poderes vigorou pelo menos nos três primeiros séculos do Brasil. Uma vigência longa, traumática, repleta de episódios sangrentos dividindo a incipiente sociedade em dois lados: o que detinha o Poder e o que obedecia. Por mais que essa relação possa parecer óbvia, num País escravocrata, vale insistir na constatação, como registro histórico do desequilíbrio das forças sociais, enquanto o laboratório genético mesclava os grupos étnicos, experimentando um processo civilizador nos trópicos, situando o homem no seu meio. A história brasileira tem, então, essa conotação visível, clara, de concentrar o Poder, em todo o seu espectro de força e de dominação, enquanto misturava, pelo sexo livre, os sangues das diversas raças que ocupavam o território do Brasil”. *Idem*, p. 95.

²⁵ *Idem*, p. 96.

e o seu poder interventivo como se verificou em 1964 mediante a legitimação pela escolha e aclamação indiretas²⁶.

Luiz António Barreto sublinha, entretanto, a reconstrução democrática vigente em que se passava a contar com o normal funcionamento das instituições embora não deixe de sinalizar, igualmente, as sombras do crime organizado persistente, no meio da população desarmada e silenciosa:

“Há portanto duas faces nítidas do silêncio: a que resulta da imposição dos mais fortes, sobre os mais fracos, dos poderosos sobre os subalternos, dos conquistadores sobre os conquistados, dos dominadores sobre os dominados, dos ricos sobre os pobres, dos padres sobre os “pecadores”; e aquela que decorre da posição assumida, por conveniência, pelas vítimas, todas elas, diante dos opressores, todos eles “²⁷.

Nesta veemente meditação Luiz António Barreto não se esquece de discutir a escola, a sua abstração do presente, a docência impositiva lembrando que houve tempo em que a melhor escola era a que mais reprovava, a que mais adestrava moralmente, a que possuía código mais rígido de disciplina reforçando o tipo de “organização da sociedade e, na mesma linha, a organização da cultura”²⁸.

O texto, a que me estou a referir, dedicado a Manuel Ferreira Patrício, que, em Portugal, tem lutado por um projeto de escola cultural²⁹. alia à

²⁶ “Um silêncio cobre a relação do Poder armado com a sociedade. De experiência própria, a sociedade sabe que as forças armadas guarnecem o funcionamento das instituições, sob ótica própria, sendo, constitucionalmente, as guardiãs da ordem e do regime. Por conta dessa posição privilegiada, historicamente, na Constituição Brasileira, é que as Forças Armadas interferem na vida democrática do País, estabelecendo ruturas traumáticas, suspendendo a vigência dos direitos individuais e sociais, as liberdades públicas, interrompendo, enfim, o processo político social. A ideologia da segurança nacional, advinda da Guerra Mundial, retoma a tradição desde o Império, como um Poder acima dos poderes lançando suspeitas subjetivas contra os grupamentos político-partidários, os intelectuais os professores, os sindicalistas e trabalhadores, os estudantes, movendo, com frequência, processos que resultam em prisões e não raro, em torturas e até em mortes. A última das intervenções militares ocorreu em 1964 e durou mais de duas décadas, com governos autoritários, chefiados por generais legitimados pela escolha/aclamação indireta” *Idem*, pp.97-98.

²⁷ *Idem*, p. 99.

²⁸ *Idem*, p. 104.

²⁹ A esse propósito, em recensão crítica à obra *Os Vassalos do Rei*, Manuel Ferreira Patrício afirmou o seguinte: “Luiz António Barreto percebeu bem que o Movimento da Escola Cultural se situa nos antípodas de qualquer forma ou modalidade de Pedagogia do Silêncio. A Educação é, e só pode ser, o exercício do

densidade da reflexão sobre a realidade cultural e social brasileira suportada por uma longa e aprofundada pesquisa, o empenho do governante. Na denúncia a que procedeu, da complexa pedagogia do silêncio, sem aparentemente sugerir resposta, estava implícito o apelo para o arejamento da atmosfera mítica da escola no sentido de fazer alguma coisa pelos alunos, frutos de condicionalismos atávicos que se prendem com o que na sua descodificação da sociedade e da cultura brasileira nos foi demonstrando. Queria, a este propósito, lembrar, entre as várias iniciativas de Luiz António Barreto enquanto Secretário de Estado da Educação do Desporto e do Lazer de Sergipe, o *Congresso Latino-Americano de Escola Pública* realizado no Teatro Atheneu, de Aracaju, em Dezembro de 1996, onde pude intervir no âmbito da sessão dedicada à *Cultura e Educação no século XXI*. Nesta, como em outras iniciativas verificava-se o compromisso com um debate plural sobre o presente e o futuro da escola sergipana e brasileira não esquecendo a dimensão histórica, cultural e social devolvendo a voz a quem ensinava, pensando em quem era ensinado e o que lhe era ensinado. Por uma escola de sentido aberto e cultural pairava o espírito de Tobias Barreto, como ele ilustre sergipano, que em dada altura afirmou que “no Brasil o que era organizado não era o povo, era o Governo, não era a Nação, era o Estado. Governo e Estado que intimidavam com o fiscal e metiam medo com o soldado”³⁰. E, pelos vistos, e escola também metia medo. A superar, igualmente, era a situação em que “ainda dependente, preso á sua condição económica subalterna, o povo pede licença para entrar, cantar e dançar nos ambientes e cenários de festas”³¹. Foi, justamente, tendo bem presente o selo de dominação que Luiz António Barreto lutou por um resgate libertador através do estudo e recuperação criteriosa do folclore, mediante o levantamento cuidado de repertórios e a dinamização dos *Encontros Culturais de Laranjeiras*³².

pleno direito de ser, do direito de ser quem é, do direito a ser quem é. Seja o sujeito uma pessoa, um povo ou a humanidade” (Diário do Sul”-1.9.1999, p.8).

³⁰ *Os Vassallos do Rei*, cit., p.134.

³¹ *Idem*, p. 137.

³² “Laranjeiras(...) um micro-universo brasileiro que resume na sua vida cotidiana tudo aquilo que inspira a pesquisa, o estudo e a promoção(...) da cultura. É aqui que achamos , que podemos vir buscar, no

O folclore³³, enquanto manifestação cultural viva, foi sempre entendido por Luiz Antônio Barreto na acepção de João Ribeiro de “concepção do mundo e da vida”³⁴ ao mesmo tempo que não tinha dúvidas de que “o Brasil precisava de distribuir a sua renda cultural: tanto a de ontem, da qual o folclore é uma amostra, e a de hoje, na multiplicidade de suas manifestações”³⁵. Mais ainda, faltava buscar, em seu entender, “no íntimo das pessoas e dos grupos, a matéria nova, que mostrasse a “capacidade criadora da gente brasileira, despojada da submissão redutora, que revele, em toda a sua amplitude, a alma nacional nos recantos do País. Falta[va] desenhar com o compasso do compromisso, a roda dos meninos nas ruas, forma perfeita do mundo infantil, universalizada pelas cantigas que ficaram, ainda, como resquícios de dominação”. (...) “Falta[va] o registro da identidade própria, com a qual devemos tomar o rumo do futuro, para mais 50 anos de ação, em defesa da cultura do povo brasileiro”³⁶.

Em, 1996, no estudo de Barreto sobre Miguel Reale, a que aludi, talvez encontremos o mais fundo, intemporal e problemático apelo em que *natureza* e *cultura* se conjugam em fecunda dialética de complementaridade:

“O homem brasileiro é, ao mesmo tempo, o homem da natureza, na sua origem mais universal e da sobrenatureza, pela tutela da fé com a qual a sua vida foi indelevelmente sinalizada, com a água e o sal do batismo e o signo do madeiro sagrado como é também o homem da realidade, ou da cultura mas

berço da nossa formação, os elementos fundadores da nossa identidade. É aqui que nós queremos construir, pela identificação e pela reflexão, os traços da nossa sergipianidade. É aqui que nós apuramos o senso daquilo que somos e buscamos saber por que somos o que somos”(Luiz Antônio Barreto, *Palavras de Abertura do XXIV Encontro Cultural de Laranjeiras*, in *Anais do XXIV Encontro Cultural de Laranjeiras*, Aracaju, Secretaria de Estado da Cultura, 1999, p.12).

³³ Como diria ao apresentar o seu livro *Folclore .Invenção e Comunicação*, Aracaju, Typografia Editorial/Scortecci Editora, 2005, pretendia abordar questões fundantes do Folclore brasileiro, colocando em debate temas recorrentes, com a intenção clara de propor um novo referencial teórico que, decodificando os repertórios e contextualizando-os na história, com seu poder comunicante, corrigia a rota da cultura no Brasil” (p.XI).

³⁴ Luiz Antônio Barreto, *Um novo entendimento do folclore e outras abordagens culturais*, Aracaju, Sociedade Editorial de Sergipe, 1994, p.15.

³⁵ Luiz Antônio Barreto, *Os Vassalos*. Cit., p. 143.

³⁶ *Idem*, p. 149.

também o é da sobre realidade, que o faz compreender, na projeção ficcional dos sucessos dos outros, sem se dar de si próprio”³⁷

Situação não resolvida, portanto, que levou Luiz António Barreto a reproduzir, para as circunstâncias do presente, o questionamento trágico de Tobias Barreto dirigido ao Brasil, em 1870:

“Por que não te ergues, ó Brasil fecundo,

Por vastas ambições, por fortes brios?

Que glória é esta de mostrar ao mundo

Em vez de grandes homens, grandes rios”³⁸

No anseio que o fazia dizer que ia comendo pelas beiradas para ver se conseguia ingerir o prato todo da cultura sergipana, que era o seu foco de trabalho e de preocupação³⁹, fica-nos o exemplo de um brasileiro, nordestino, sergipano, nascido em Lagarto, cidadão de Aracaju e do Mundo, com quem tive o privilégio de-- com o selo de intemporal e saudosa amizade-- descobrir as raízes culturais mais fundas da nossa condição luso-brasileira, lusófona e, também latino-americana ou hispânica e dar corpo a um projeto em que a sua voz está e estará sempre presente.

³⁷ Luiz António Barreto, *Sem Fé, sem Lei, Sem Rei*, cit., p.125.

³⁸ *Idem*, p. 126.

³⁹ *Anais do XXIV Encontro Cultural de Laranjeiras*, Aracaju, Secretaria de Estado da Cultura, 1999, p.37.

